



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

Segunda Câmara

Sessão: **26/11/2013**

29 TC-013470/026/13 - INSTRUMENTOS CONTRATUAIS

Contratante: Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul.

Contratada: Intermédica Sistema de Saúde S/A.

Autoridade(s) que Dispensou(aram) a Licitação: Paulo Nunes Pinheiro (Prefeito).

Autoridade(s) que firmou(aram) o(s) Instrumento(s): Paulo Nunes Pinheiro (Prefeito) e Jarbas Elias Zuri Júnior (Secretário Municipal de Planejamento e Gestão).

Objeto: Prestação de serviços médico-hospitalares, ambulatoriais, pronto-atendimento clínico, cirúrgico, obstétrico, atendimento em consultórios, serviços auxiliares de diagnóstico e terapia, em estabelecimentos próprios, filiados ou credenciados, sem limite de utilização, para atender aos funcionários ativos, inativos e seus dependentes da Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul, da administração direta, indireta e Câmara Municipal.

Em Julgamento: Dispensa de Licitação (artigo 24, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores atualizações). Contrato celebrado em 01-04-13. Valor - R\$5.669.788,80. Justificativas apresentadas em decorrência da(s) assinatura(s) de prazo, nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar nº 709/93, pelo Conselheiro Robson Marinho, publicada(s) no D.O.E. de 21-06-13.

Advogado(s): Ana Maria Giorni Caffaro.

Procurador(es) de Contas: Rafael Antonio Baldo.

Acompanha(m): Expediente(s): TC-026379/026/13 e TC-025199/026/13.

Fiscalizada por: GDF-7 - DSF-II.

Fiscalização atual: GDF-7 - DSF-II.

Relatório

Em exame, dispensa de licitação e contrato celebrado pela **Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul** com a **Intermédica Sistema de Saúde S/A**, tendo por objeto a prestação de serviços médico-hospitalares, ambulatoriais, pronto atendimento clínico, cirúrgico, obstétrico, atendimentos de urgência e emergência, atendimento em consultórios, serviços auxiliares de diagnóstico e terapia, em estabelecimentos próprios, filiados ou credenciados, sem limite de utilização, para atender aos funcionários ativos, inativos e seus dependentes da Prefeitura e demais órgãos



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

integrantes da Administração Direta, Indireta e Câmara Municipal de São Caetano do Sul.

Também em exame o acompanhamento da execução contratual, eis que o ajuste foi selecionado aleatoriamente para os fins do disposto no item 3.1 da Ordem de Serviço n. 1/12.

O ajuste (n. 54/2013), de 1º/4/2013, no valor de R\$5.669.788,80 e prazo de vigência fixado em 180 dias a partir de sua assinatura, foi celebrado com fundamento no artigo 24, inciso IV, da Lei n. 8.666/93.

De acordo com os argumentos esposados em 13/3/2013, consistentes na proximidade do encerramento do contrato anterior - 30/3/2013 - sem a possibilidade de se utilizar a prorrogação excepcional prevista no § 4º do artigo 57 da Lei de Licitações, tendo em vista a decisão deste Tribunal condenando referido ajuste (TC-036370/026/08); na abertura de processo para a realização de novo procedimento (n. 375/2013); e na natureza essencial dos serviços, motivariam a dispensa de licitação.

A instrução inicial manifestou-se no sentido da regularidade da matéria e noticiou que a visita para o acompanhamento da execução contratual deu-se anteriormente à primeira medição, daí porque ainda não emitidas as notas fiscais e efetuados pagamentos à contratada.

Levando em conta o informado no relatório preliminar quanto ao preço pactuado - a empresa contratada teria mantido o mesmo valor do contrato anterior -, e o decidido por este Tribunal a respeito daquele ajuste (TC-36370/026/08), determinei a oitiva das áreas técnicas de ATJ e sua i. Chefia que entenderam não configurada a situação emergencial.

Notificadas as partes contratantes, sobrevieram justificativas da Origem por meio das quais esclareceu que a decisão acerca do contrato anterior ocorreu na sessão de 21/11/2012 e o Acórdão publicado no *DOE* de 14/12/2012, já final da gestão anterior, e as medidas tomadas no início de 2013 demandaram certo tempo por conta da mudança de governo



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

e do grande volume de processos e contratos que requeriam providências imediatas.

Assim, entendeu a Administração por celebrar um novo contrato ao invés de um termo aditivo, ante a urgência de dar continuidade à prestação de serviços médico-hospitalares.

Explicou a Municipalidade que, além do tempo para a realização de uma nova contratação precedida de regular certame licitatório, precisaria manter a execução destes serviços, o que reputa suficiente para justificar a alegada emergência.

Quanto ao preço pactuado, diz ter realizado a cotação junto ao mercado e, ao final, a contratada sagrou-se como a detentora do menor preço. A defesa ressalta, ainda, que o preço acordado no ajuste anterior, em 1º/4/2008, serviu apenas para negociar o melhor preço diante das outras seis propostas apresentadas.

Assessorias Técnicas de ATJ, sua respectiva Chefia e d. MPC pugnaram pela irregularidade da matéria.

Os expedientes TC-25199/026/13 e TC-26379/026/13 que acompanham estes autos versam sobre notícias fornecidas pelo Sr. Marcos Leal no que tange à presente contratação, e subsidiaram a análise da matéria.

É o relatório.

mlao



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

Voto
TC-013470/026/13

Duas questões suscitadas, e não resolvidas no decorrer da instrução processual segundo conclusões externadas por ATJ e MPC, maculam o procedimento levado a efeito pela Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul com o propósito de contratar, sem prévia licitação, a prestação dos serviços médico-hospitalares e demais atividades correlatas discriminadas no relatório precedente.

E, de acordo com a documentação encartada aos autos, aliada ao histórico da contratação anterior, as falhas resistem e confirmam o juízo de irregularidade sobre os atos praticados.

Com efeito, relativamente à pesquisa de preços, vale destacar que contratação anterior entre as mesmas partes, abrigada no TC-36370/026/08, teve seu julgamento pela irregularidade exatamente porque presentes vícios na cotação realizada junto ao mercado.

A propósito, quanto à falta de solidez daquela pesquisa prévia, restou consignado no r. voto mantido em sede recursal¹ "que a própria Origem não a utilizou como parâmetro de contratação, tendo utilizado como referência o ajuste firmado pela Associação Recreativa e Esportiva dos Servidores Municipais com a Intermédica, ora contratada, fato esse que não se pode admitir, pois a Lei de Regência não permite esse tipo de parametrização, uma vez que cada contrato reveste-se de características próprias e singulares".

No caso presente, manteve-se o valor então contratado, defeituoso por partir de referência não confiável, e as alegações defensórias voltadas a afastar tal impropriedade não subsistem, seja por esta mácula que persiste desde a contratação anterior, seja porque não comprovada por meios hábeis a notícia de realização das consultas junto às empresas do ramo. Além deste ponto, sequer ficou

¹ Tribunal Pleno, sessão de 21/11/2012, Relator, Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho, recurso ordinário não provido.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

configurada situação que se enquadrasse na hipótese excepcionada pela regra legal (art.24, IV, da Lei n. 8.666/93).

Independentemente da decisão que viesse a ser proferida pelo e. Tribunal Pleno no TC-036370/026/08, a Origem tinha pleno conhecimento de que o sobredito contrato, então em vigor, estava prestes a se encerrar, nos termos do artigo 57, II, da Lei de Licitações, já que assinado em 1º/4/08, porém, somente em agosto de 2013, conforme publicação no DOE, às fls.471 dos autos, foram adotadas providências para a instauração de um novo procedimento licitatório visando a contratar este objeto, o que é inaceitável para respaldar a contratação direta.

Ante essas considerações, na esteira das unânimes conclusões das áreas técnicas e MPC, meu voto julga **irregulares** o procedimento de dispensa de licitação e o contrato, bem como **ilegais** os atos determinativos das respectivas despesas, acionando-se, via de consequência, os incisos XV e XXVII do artigo 2º da Lei Complementar n. 709/93.

Considerando, ainda, que por cautela, providências para uma nova contratação deveriam ter sido adotadas na gestão anterior, a fim de garantir tempo hábil para a continuidade dos serviços de forma regular, deixo de aplicar sanção pecuniária ao atual Chefe do Executivo, sem prejuízo de endereçar-lhe recomendações para que atente à legislação de regência na condução dos atos administrativos.

No que tange ao acompanhamento da execução contratual, retornem os autos à equipe de fiscalização responsável para que atualize este Relator das informações a respeito.